

Artigo

O que está em jogo na Rio+20

A um mês da conferência das Nações Unidas Rio +20, os povos do mundo não veem resultados positivos no processo de negociação que está ocorrendo na conferência oficial. Ali não se está discutindo um balanço do cumprimento dos acordos alcançados na Rio 92, ou como mudar as causas da crise. O foco da discussão é um pacote de propostas enganosamente chamado de "economia verde" e a instauração de um novo sistema de governo ambiental internacional que o facilite.

A verdadeira causa estrutural das múltiplas crises é o capitalismo, com suas formas clássicas e renovadas de dominação, que concentra a riqueza e produz desigualdades sociais, desemprego, violência contra o povo e a criminalização de quem os denuncia. O sistema de produção e o consumo atual – representados por grandes corporações, mercados financeiros e os governos que garantem sua manutenção – produzem e aprofundam o aquecimento global e a crise climática, a fome e a desnutrição, a perda de florestas e da diversidade biológica e socio-cultural, a contaminação química, a escassez de água potável, a desertificação crescente dos solos, a acidificação dos mares, a grilagem de terras e a mercantilização de todos os aspectos da vida nas cidades e no campo.

A "economia verde", ao contrário do que o seu nome sugere, é outra fase da acumulação capitalista. Esta economia estende a economia exploradora das pessoas e do ambiente para novas áreas, alimentando assim o mito de que é possível o crescimento econômico infinito.

Como uma estratégia de negociação na conferência Rio +20, alguns governos de países ricos estão propondo um retrocesso dos princípios da Rio 92, como o princípio de responsabilidades comuns e diferenciadas, o princípio da precaução, o direito à informação e participação. Estão ameaçados direitos já consolidados, como os dos povos indígenas e populações tradicionais, dos camponeses, o direito humano à água, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, dos imigrantes, o direito à alimentação, à habitação, à cidade, os direitos da juventude e das mulheres, o direito à saúde sexual e reprodutiva, à educação e também os direitos culturais.

Lutamos por uma mudança radical no atual modelo de produção e consumo, consolidando o nosso direito para nos desenvolvermos com modelos alternativos com base nas múltiplas realidades e vivências dos povos, genuinamente democráticas, respeitando os direitos humanos e coletivos, em harmonia com a natureza e com a justiça social e ambiental.

Grupo de articulação Internacional da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental

Por sugestão do SEEB/CE, projeto de lei sobre segurança tramita na Câmara Municipal



Uma audiência pública foi realizada no dia 14/5 para debater o projeto que trata da segurança bancária em Fortaleza (pág. 5)

- BB é denunciado por venda casada no Programa BomPraTodos, prática abusiva prevista no artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor (pág. 3)
- Caos no Edifício Sede da Caixa Econômica Federal é constatado pelo Ministério Público do Trabalho, SRTE e Sindicato em inspeção, dia 18/5 (pág. 4)
- Quadrilha explode dois caixas eletrônicos em Apuiarés. Somente em 2012 já são 62 ataques a bancos e destes, dez foram de arrombamentos semelhantes a este (pág. 3)
- Sindicato faz pressão por antecipação do adicional de PLR do Banco do Nordeste, anunciado para ser pago em 1º/6 (pág. 6)

Foto: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



Protesto no Itaú paralisa agência no Centro contra as demissões

O Sindicato dos Bancários do Ceará paralisou a agência Itaú da Rua Major Facundo, no Centro de Fortaleza, durante todo o expediente da segunda-feira, dia 14/5. O protesto aconteceu em repúdio à política de demissões do banco. Somente no Ceará, nos últimos dois meses, foram demitidos mais de 20 funcionários (pág. 3)

Serviços

Lucro com tarifas aumenta receita dos bancos em 17% no primeiro trimestre

Os dados dos quatro maiores bancos de capital aberto do País, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander, apontam para uma alta de 17% na receita de tarifas e prestação de serviços no primeiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do ano passado. O ritmo de alta deste início de ano supera o crescimento anual observado em 2011 e 2010, de 13% e 14%, respectivamente. Ou seja, o cliente é quem paga essa conta.

Com o processo de fusões, maior regulação do Banco Central e pressão por aumento de salários, entre 2009 e 2011 os bancos perderam eficiência ao se comparar a relação entre as receitas de serviços e as despesas com pessoal. Se em 2009 os bancos tinham R\$ 138 de receita com serviços para R\$ 100 gastos em salários, a relação caiu para R\$ 135 no ano passado. No primeiro trimestre,



o índice subiu para 142%, ante 137% um ano antes.

Em um momento em que se veem apertados por aumento da inadimplência e pressão do governo e da concorrência para baixar os juros, elevar a receita de serviços é visto como alternativa para os bancos manterem

a rentabilidade. Ao menos é o que analistas esperam. Embora não haja uma onda de reajustes nas tabelas – apenas o Bradesco elevou um de seus pacotes em 14% no início do mês passado –, é possível notar uma movimentação das instituições ligada aos anúncios de reduções de juros.

12º CECUT

Joana D'arc Almeida é eleita presidente da CUT Ceará

Os 497 delegados do 12º Congresso da Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT/CE) elegeram por unanimidade, na manhã do sábado (12/5), a nova Direção Executiva da entidade para o triênio 2012-2015. O evento consagrou como presidenta Joana D'arc Barbosa Almeida, a mais jovem sindicalista presidente de uma instância estadual da Central e a segunda mulher a liderar a entidade cearense.

Joana D'arc tem 30 anos e, na atual gestão da CUT/CE, ocupou a Secretaria Geral. Ela é oriunda do Sertão dos Inhamuns, do município de Crateús, e representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE). A sindicalista iniciou suas atividades de militante no ano de 2000, quando foi coordenadora do Coletivo de Juventude Rural em sua cidade. Está há nove anos atuando na Central, tendo passando pela Coordenadoria Regional da CUT e por diversas secretarias, dentre elas a Secretaria de Organização Sindical e a de Mulheres.

A liderança feminina exaltou a forte unidade confirmada no Congresso e enumerou os desafios da próxima gestão, que incluem a ampliação do diálogo com outros atores da sociedade e a defesa da liberdade e autonomia sindical.

Ela destaca ainda a importância da aprovação da paridade entre mulheres e homens na nova diretoria. "A emancipação e luta das mulheres passa a ser mais que uma prioridade e uma orientação, torna-se uma política, levando em consideração que a mulher tem um papel estratégico e protagonista na sociedade, que agora eu tenho o orgulho de representar ao ocupar a presidência", disse Joana.



Veja a composição da diretoria executiva da CUT-CE:

Presidência: Joana D'arc Barbosa Almeida
Vice-presidência: Francisco Wil e Silva Pereira
Secretaria Geral: Helder Nogueira
Secretaria de Administração e Finanças: Carmem Silvia Santiago
Secretaria de Comunicação: Ataíde Oliveira
Secretaria da Mulher Trabalhadora: Maria Ozaneide de Paula
Secretaria de Formação: Lucia Maria Silveira de Queiroz
Secretaria de Juventude: Ari Ferreira do Nascimento
Secretaria de Org. e Política Sindical: Glaydson Antônio Rodrigues Mota
Secretaria de Políticas Sociais: Maria José Soares de Lima
Secretaria de Relações de Trabalho: Francisco Gomes Sobrinho
Secretaria de Saúde do Trabalhador: Telma Maria de Castro Dantas
Secretaria do Meio Ambiente: Roberto Luque de Souza
Secretaria pela Igualdade Racial: Antônio Ricardo Lima

DICA CULTURAL



Cia. Circo Lúdico Experimental em cartaz nas terças, no Dragão do Mar

Tendo por inspiração o conto do escritor colombiano Gabriel García Márquez, o espetáculo *Erêndira* segue em cartaz dentro do projeto Teatro da Terça, sempre às 20 horas, no teatro do Centro Dragão do Mar. Com Dani Freitas, Samara Garcia, Sâmia Bittencourt e Sol Moufer, a Cia. CLE – Circo Lúdico Experimental, aborda a exploração e a violação dos direitos da personagem, trazendo à tona esta temática de forma crítica e poética.

Histórico – Em 2004, no Espaço Cultural da Escola Vila, a artista Sâmia Bittencourt dá início a Escola de Circo Vila, dando continuidade ao trabalho de pesquisa desenvolvido por ela na Companhia Mais Caras, tendo a acrobacia e o clown como carro-chefe. Com a qualidade do trabalho surge a vontade de reunir alunos e arte em demonstrações das técnicas ali desenvolvidas. Em 2007 estreia o primeiro trabalho experimental, chamado *Às Avestas*, inspirado no conto *Primeira dor* de Franz Kafka.

Assim nasce a Companhia CLE (Circo Lúdico Experimental), que até então era formada por

alunos da própria Escola Vila. No ano seguinte estreia "Um tiquinho de Nada". O espetáculo circula na maioria dos teatros de Fortaleza e do Ceará, ganha as ruas e praças da cidade e continua circulando até hoje. Atualmente, ela é composta por quatro atrizes-acrobatas, Danielle Freitas, Samara Garcia, Sâmia Bittencourt e Sol Moufer e os músicos Carlos Hardy e Daniel Albuquerque. A Companhia CLE acaba de montar seu quarto, espetáculo intitulado, "Erêndira", premiado pelo Edital das artes 2010 SECULTFOR – circo que foi inspirado no conto "A incrível e triste história da Cándida Erêndira e sua avó desalmada", de Gabriel García Márquez.

SERVIÇO:

Espectáculo Erêndira

As terças-feiras de maio, sempre às 20h.

Local: Teatro do Centro Dragão do Mar (Rua Dragão do Mar, 81 – Praia de Iracema).

Ingressos: R\$ 2 (inteira) e R\$ 1 (meia) – na bilheteria do local.

Classificação: 12 anos.

Informações: 3488 8600.



SORTEIO

Sorteados ganhadores do livro "Terceirização Bancária no Brasil"

O Sindicato dos Bancários do Ceará sorteou na quarta-feira, 16/5, entre os bancários e aposentados associados, sete exemplares do livro do juiz do trabalho Grijalbo Coutinho, "Terceirização Bancária no Brasil – Direitos Humanos Violados pelo Banco Central".

Conheça os ganhadores:

• João Ataíde Acurcio de Araújo – BNB Tianguá
• Fátima Pereira Vieira – BIC Banco (ADCEN – Barão do R. Branco)
• Klainson Pequeno Araújo – CEF (Gillog Edifício Sede)
• José Airton Venceslau Eleutério – DCO Bradesco
• Irineudo Araújo Lima – Itaú (PAB Colégio 7 de Setembro)

• Antonio Cirnandes Ribeiro de Souza – BB Pedra Branca
• Tereza Neuma Sabino Cordeiro – Bradesco (Aguanambi)

RÁDIO BANCÁRIOS – Seis ouvintes da Rádio Bancários também foram premiados com o livro. Confira os nomes:

• Iana Bezerra de Queiroz (Aldeota)
• Orismar Holanda (Meireles)
• Ana Maria Alencar (Aldeota)
• Pedro Eranildo Leite (Montese)
• Raimundo Sobrinho (Bairro de Fátima)
• Antônio Carlos Santana (Henrique Jorge)



Protesto no Itaú: campeão de lucratividade e de demissões

O Sindicato dos Bancários do Ceará, em parceria com a Contraf/CUT e a Fetraf/NE, paralisou a agência Itaú da Rua Major Facundo, no Centro de Fortaleza, durante toda a segunda-feira, dia 14/5. O protesto aconteceu em repúdio à política de demissões adotada pelo banco. Somente no Ceará, nos últimos dois meses, foram demitidos mais de 20 funcionários.

“Desde a fusão Itaú-Uniban-
co, foram mais de 10 mil postos
de trabalho ceifados nesse gran-
de banco, que só é grandioso por
conta do esforço e competência
dos seus funcionários. Não po-
demos admitir que esses funcio-
nários sejam colocados no olho
da rua”, afirma Ribamar Pacheco,
diretor do SEEB/CE.

As demissões são injustificáveis, principalmente, diante da alta lucratividade do banco, cujos donos colocaram quase R\$ 14 bilhões nos bolsos somente no ano passado. Os funcionários, os maiores responsáveis pelos bons resultados, recebem como gratificação o aviso de demissão. A paralisação é uma advertência e tem a intenção de pressionar o banco a ir para a mesa de negociação e se comprometer a encerrar



as demissões. Caso a postura continue, o objetivo é paralisar todas as agências de Fortaleza.

“Em contradição à prática de demissões, o banco se orgulha em dizer que é o maior banco da América Latina e gasta milhões de reais em publicidade para pregar a tal da responsabilidade social. Que responsabilidade social é essa que sequer faz o dever de casa?”, questiona Ribamar. Para os que escapam da política de demissões, restam as péssimas condições de trabalho, com os

quadros reduzidos e as metas cada vez mais impossíveis de serem atingidas. A situação tem levado dezenas de funcionários a sofrer com doenças físicas e psicológicas.

“Em contrapartida ao esforço e ao trabalho incansável dos seus funcionários, o banco vem trazer a premiação com demissões por todo País. São pessoas com 15, 16, 20 anos de contribuição para esse banco e estão sendo dispensados”, afirma Alex Citó, diretor do Sindicato.

IBGE

Diferença salarial entre homens e mulheres cresceu em 2010

A diferença nos salários pagos a homens e a mulheres aumentou em 2010, segundo dados do Cadastro Central de Empresas, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Se, em 2009, os homens ganhavam, em média, 24,1% a mais que as mulheres, em 2010 essa diferença subiu para 25%.

Segundo o IBGE, em 2010, a média salarial dos homens era 3,5 salários mínimos, enquanto que a das mulheres era 2,8 salários

mínimos. Enquanto isso, as mulheres, que respondiam por 41,9% do pessoal ocupado em 2009, passaram a representar 42,1% da força de trabalho nas empresas e outras organizações brasileiras.

"O que percebemos é uma concentração muito grande de mulheres nas empresas menores, que pagam os salários mais baixos", disse Kátia Medeiros de Carvalho, analista das estatísticas do cadastro de empresas do IBGE.

Apesquisa também mostrou um

aumento na diferença dos salários pagos de acordo com o nível de escolaridade do empregado. Em 2009, quem tinha ensino superior ganhava de 225% a mais, em média. Em 2010, essa diferença passou para 230,4%.

Trabalhadores com ensino superior receberam, em média, 7,6 salários mínimos em 2010, enquanto aqueles sem escolaridade superior tiveram média salarial de 2,3 salários mínimos no mesmo ano.

PROTESTE

Consumidores denunciam venda casada de produtos no Banco do Brasil

A Associação de Consumidores ProTeste informou que enviou ofício ao Banco do Brasil e ao Banco Central questionando a venda casada de produtos no Programa BomPra-Todos, lançado pela instituição na esteira das medidas de redução das taxas de juros anunciadas pelo governo federal.

Em nota, a ProTeste ressalta que condicionar a venda de um produto ou serviço à aquisição de outro, ou seja, fazer venda casada, é prática abusiva como prevê o artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor. E exemplifica: “para pessoas físicas, o Programa Bom Para Todos só vale para clientes que tiverem conta-salário na instituição. E é preciso contratar um dos cinco pacotes de serviços disponíveis, que custam mais caro (...). Os antigos pacotes de contas do banco continuam disponíveis, mas eles não dão direito às vantagens no crédito e investimento recentemente anunciadas”.

A Associação também orienta o consumidor a ter cautela e a avaliar bem os custos antes de aderir ao programa, e “não recomenda a mudança de contrato com o banco

se o custo do pacote de tarifas para adesão ao serviço for superior ao que se gasta atualmente, e não compensar o menor pagamento com juros ou o rendimento dos fundos a que agora teria acesso”.

A venda responsável de produtos é uma importante bandeira dos Sindicatos e pauta da luta dos bancários no mundo inteiro – a UNI Finanças, braço da UNI Sindicato Global, realiza campanha pela venda responsável em todos os continentes. Destaque-se que a prática não é exclusiva do BB, mas é comum em todos os grandes bancos que atuam no País. A assessoria de imprensa da ProTeste informou que a entidade está preparando um estudo para identificar a venda casada em outras instituições financeiras e cobrar providências.

BB nega – O Banco do Brasil negou a prática de venda casada. Em nota divulgada pela assessoria de imprensa do banco, a instituição alega que “oferecer condições diferenciadas, conforme o grau do relacionamento do cliente, é uma prática comercial que não fere preceitos legais”.



INSEGURANÇA

Mais dois caixas eletrônicos explodidos durante a madrugada no Interior

Uma quadrilha armada explodiu dois caixas eletrônicos dos bancos Bradesco e Banco do Brasil, no município de Apuiarés (128 quilômetros da Capital), na madrugada de sexta-feira, 18/5. Segundo informações da Polícia Militar do município, parte da quadrilha se dirigiu aos caixas enquanto outros efetuaram vários disparos contra o destacamento da PM. O bando usou explosivos para violar os equipamentos. No momento do assalto, por volta de meia-noite, havia quatro homens de plantão no destacamento. Ninguém ficou ferido com os disparos. Segundo levantamento preliminar da Polícia, a quadrilha conseguiu levar dinheiro dos dois caixas eletrônicos, mas não

há informações da quantia roubada. Foram encontradas várias cédulas queimadas ao lado dos equipamentos.

Com mais essa ação chega a 62 o número de ataques a banco no Ceará em 2012, sendo que desses, dez são de arrombamentos como esse. "Foi essa estatística assustadora que motivou o Sindicato a buscar providências junto ao Poder Legislativo para levar mais segurança à população. O Estatuto de Segurança Bancária deve tornar a legislação mais exigente e esperamos que isso diminua os números da violência", analisa José Eduardo, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e funcionário do Banco do Brasil.



Caixa

MPT, SRTE e Sindicato constataam o caos na segurança do Edifício Sede

Fotos: Drawlio Joca

Com o sistema de combate a incêndio totalmente desativado, a central de ar com tecnologia ultrapassada, que deixa o prédio no calor frequentemente, infiltrações, splits entupidos e maus odores nos banheiros. Estas são algumas das situações encontradas na inspeção feita nas instalações do prédio do Edifício sede da Caixa Econômica Federal (Rua Sena Madureira – Centro) por dois procuradores da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT/7ª Região), dois engenheiros de Segurança da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/CE), um engenheiro contratado pelo Sindicato dos Bancários, representantes da CIPA e diretores do SEEB/CE e da Apcef/CE.

A inspeção nas instalações do Edifício Sede da Caixa veio em resposta às denúncias dos bancários encaminhadas ao Sindicato dos Bancários do Ceará, exigindo melhorias nas condições de conservação do prédio e melhores condições de trabalho. Os problemas estruturais no local são inúmeros e põem em risco, inclusive, a vida de trabalhadores e usuários, como por exemplo, o sistema de combate a incêndio está desativado e os constantes defeitos nos elevadores. Além disso, frequentemente, o Sindicato vem recebendo denúncias de falta de água e de climatização no prédio tornando as condições de trabalho insuportáveis, além das infiltrações por vários andares.

O Procurador Regional do Trabalho, Gerson Marques, que comandou a equipe de inspeção ao Edifício Sede da Caixa, disse ao final da vistoria: “é muito cedo para emitir juízo de valor, pois os engenheiros de segurança vão apresentar seus relatórios e vamos requisitar a inspeção também do Corpo de Bombeiros e ouvir a CIPA da Caixa. O próximo passo vai depender do conteúdo dos elementos que iremos juntar. No momento, não temos elementos para emitir um parecer, mas tão logo tenhamos, iremos nos posicionar”.

No último dia 11/4, o Sindicato dos Bancários do Ceará enviou ofício ao Ministério Público do



Trabalho (MPT) solicitando audiência de mediação com a Caixa após ver frustradas uma série de negociações e intervenções procurando sanar os problemas de condições de trabalho, em especial no Edifício Sede. Em resposta, a Procuradoria Regional do Trabalho encampou uma inspeção às instalações do prédio e adotará medidas para solucionar os problemas encontrados. “Queremos solução imediatamente”, enfatizou o procurador Gerson Marques.

Para o diretor do Sindicato, Marcos Saraiva, “nosso papel como representante dos trabalhadores é sempre defender a categoria, exigindo um ambiente com segurança

e condições de trabalho favoráveis. As situações drásticas como falta de climatização e os problemas graves decorrentes da ausência total do sistema de combate a incêndio, são questões que iremos continuar fiscalizando e exigindo condições dignas e de segurança para os empregados da Caixa”, conclui.

Clécio Morse, diretor do SEEB/CE, disse: “nós do Sindicato aguardaremos o posicionamento da Procuradoria Regional do Trabalho sobre a inspeção, para adotarmos providências visando solucionar os problemas do Edifício Sede da Caixa. Nós vamos continuar firmes e intransigentes na defesa da segurança dos trabalhadores”.

JUSTIÇA

Itaú é condenado por excluir bancário de homenagem por 30 anos de banco

Mesmo tendo atingido o tempo de serviço exigido, um bancário deixou de ser convidado para participar, em 2006, da homenagem que o Itaú Unibanco prestava a todos os empregados que completavam trinta anos de trabalho na instituição. Pela conduta discriminatória do empregador, que causou prejuízo à sua reputação, a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que o banco pague R\$ 5 mil por danos morais ao empregado.

Premiação moral – A homenagem incluía a entrega de um relógio de ouro e ações do Itaú no valor de três salários, numa grande festa para os empregados trintenários. A cerimônia, na qual o homenageado tinha direito a um acompanhante, incluía, segundo o autor, “lauto jantar, hospedagem suntuosa em imponente hotel, transporte aparatoso e show com artistas de renome, como Roberto Carlos,

Caetano Veloso, Milton Nascimento e Gilberto Gil”. Além disso, o banco concedia limites de valores para alguns serviços extras, tais como frigobar, lavanderia, telefonemas e salão de beleza.

O bancário, alegando discriminação, ajuizou a reclamação para receber a premiação financeira e indenização. Por não ter sido convidado para participar da homenagem, disse que se sentiu humilhado perante a família, parentes e colegas, que o questionaram sobre os motivos de não ter feito parte da honraria, “como se não a recebesse devido a algum desabono”.

Afinal, além da premiação financeira, havia a premiação moral: o “reconhecimento imaterial” pelos trinta anos de serviços prestados, algo, segundo o bancário, “de alta valia”. Ao examinar o caso, a 22ª Vara de Belo Horizonte (MG) condenou o banco a conceder as ações do banco e o relógio de ouro

da mesma marca e modelo dos concedidos aos demais empregados, e indenização por danos morais no valor de R\$ 5 mil.

O TRT/MG, ao julgar recurso da empresa, excluiu a indenização por danos morais com o fundamento de que, apesar de reconhecer que houve discriminação, esta não caracterizaria dano moral, apenas “mero desconforto ou aborrecimento, cuja reparação material já deferida é capaz de reparar o dano sofrido”.

TST – Ao recorrer ao TST, o bancário insistiu que não houve mero desconforto ou aborrecimento, mas ato discriminatório provocador de situação humilhante, que não se ressarce só com a reparação material. Para ele, o ato da empresa de não convidá-lo e premiá-lo desrespeitou sua moral como empregado.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Clientes denunciam práticas discriminatórias no HSBC

O Sindicato dos Bancários do Ceará recebeu denúncias de clientes do HSBC contra os procedimentos do banco para pagamentos de boletos. De acordo com as denúncias, o banco vem discriminando usuários e clientes direcionando-os para uma área diferenciada e sem o atendimento de expresso de funcionários do banco.

Um dos clientes que se sentiu prejudicado pelo novo sistema do banco procurou a redação da Tribuna Bancária e informou que, ao procurar a agência do HSBC na Av. Bezerra de Menezes para efetuar um pagamento, foi direcionado a outra área do banco, onde aguardaria atendimento numa fila a parte. Ao entregar seu boleto ao menor aprendiz que lhe atendeu, teve que aguardar mais um bom tempo para receber de volta o seu carnê com um papel sem validade de recibo. Ao questionar foi informado que teria que voltar no dia seguinte para receber o verdadeiro recibo do pagamento. Resultado: pediu o dinheiro de volta e preferiu fazer o pagamento de seu boleto numa rede de farmácias. “Perdi a tarde inteira para fazer um simples pagamento e ainda teria que voltar no outro dia para pegar o recibo. Isso é desrespeito”, disse o cliente.

O diretor do Sindicato e funcionário do HSBC, Humberto Silva, considera a postura do banco totalmente discriminatória e orienta clientes e usuários a procurarem os órgãos de defesa do consumidor para fazerem denúncias formais nesse sentido. “O Sindicato repudia essa atitude do HSBC, que vem implantando essa prática em todo o País, discriminando clientes, explorando mão de obra terceirizada e pondo em risco a vida de quem está nas agências,

pois os menores aprendizes fazem contagem de cédulas na entrada da unidade, podendo chamar a atenção de criminosos. É preciso denunciar o HSBC aos órgãos competentes para que o banco seja autuado e possa retroceder nessa prática”, diz.

Legislação – O Código de Defesa do Consumidor Bancário (Art. 13) afirma que os bancos não devem fazer distinção de clientes, seja ele correntista ou não, quanto ao dia, horário e local de atendimento para recebimento de pagamentos. Os bancos estão autorizados a celebrar convênios para pagamento de tributos, prêmios de seguros, contas de água, luz, telefone etc. Mas a instituição não é obrigada a aceitar pagamento por meio de cheques de não correntista. Já se a forma utilizada for dinheiro, a obrigatoriedade passa a existir.

De acordo com o Procon, o banco não pode forçar o cliente ou não cliente a efetuar pagamentos pelo sistema de autoatendimento (este serviço não pode ser cobrado). Esta é uma prática abusiva, uma vez que o consumidor tem direito a usar o meio que melhor atenda às suas necessidades.

Além disso, no Art. 14 do mesmo Código, é expressa a afirmação de que os bancos não podem restringir o acesso de clientes às áreas destinadas ao atendimento ao público. Além disso, as instituições não podem restringir, aos clientes e usuários, atendimento pelos meios convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de atendimento alternativo ou eletrônico. Para consultar o Código de Defesa do Consumidor Bancário, acesse: www.procon.mt.gov.br/pdf/RES28782001.pdf.

DENUNCIE

Alô Banco Central – 0800-979-2345 ou www.bcb.gov.br

Banco Central Fortaleza – Av. Heráclito Graça, 273 – Centro. Fone: (85) 3308-5488 e 3308-5445

DECON/CE – Rua Barão de Aratanha, nº 100 – Centro. Fone: 0800.2758001

PROCON/Fortaleza – Rua Major Facundo, 869, Centro. Fone: (85) 3105-1136



Siga o Sindicato dos Bancários no

twitter
@SEEBCE

PROJETO DE LEI

Falta injustificada por 30 dias pode resultar em demissão por justa causa

Trabalhador que tiver falta injustificada por 30 dias seguidos, poderá ser demitido por justa causa. É o que prevê o projeto de lei (PLS 637/2011) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), aprovado em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais, na quarta-feira (16/5), em Brasília. A proposta altera o dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que disciplina o abandono de emprego.

O autor explica que o abandono de emprego constitui uma falta grave que requer a aplicação da penalidade máxima ao empregado: a rescisão do contrato individual de trabalho por justa causa.

Segundo Raupp, a proposta também corrige um vazio legislativo, pois a legislação não prevê a necessidade de comunicação do empregado que justifique sua ausência, antes da aplicação da pena.

A alteração prevê a notificação do empregado, pessoalmente ou pelo correio, sobre a aplicação da penalidade. Caso o trabalhador não seja localizado, a comunicação poderá ser feita em edital.

Para o relator da matéria, senador Armando Monteiro (PTB-PE), não se pode mais admitir que pessoas desapareçam por vinte dias, sem qualquer razão razoável, para em seguida serem reintegradas ao trabalho sem responsabilidade pela indenização dos danos causados ao bom andamento da produção.

O senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou emenda, aprovada pelo autor e relator, ampliando de 20 dias para 30 dias o prazo a ser considerado como abandono de emprego. O PLS 637/2011 poderá seguir para a análise da Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário.



Sindicato e Câmara Municipal discutem projeto de lei sobre segurança em Fortaleza

Um ataque a banco a cada três dias. Essa é a estatística que revela a insegurança bancária no Ceará e que necessita urgentemente de uma solução. Foi pensando nessa solução urgente que o Sindicato dos Bancários do Ceará sugeriu e recebeu apoio da Câmara Municipal dos Vereadores, para criar um instrumento que regulamentasse o setor bancário na área de segurança e proteção à vida dos bancários e da população, que tivesse principalmente punições para o descumprimento da norma. Assim, nasceu o Estatuto Municipal de Segurança Bancária, cujo projeto de lei consolida toda a legislação municipal. Este foi o tema da Audiência Pública realizada na segunda-feira, dia 14/5, pela Câmara Municipal de Fortaleza, com apoio do Sindicato dos Bancários, na sede da Adufc, em Fortaleza.

A iniciativa do Sindicato acontece a partir da preocupação com a onda de assaltos crescente este ano, além da questão das saidinhas bancárias, construindo uma proposta à Câmara Municipal de Fortaleza do Estatuto de Segurança Bancária. Trata-se de uma consolidação de leis já existentes na Casa, como a lei das portas giratórias, que existe desde 1993; a lei dos biombos e a lei de proibição dos celulares, também a consolidação da regulamentação dos caixas eletrônicos e carros fortes; e normas de segurança com vídeo monitoramento. O Estatuto surge com o intuito de dar maior segurança à população de Fortaleza e exigir dos poderes públicos que, após votada e sancionada a lei, possa ser respeitada.

Debate na Audiência Pública – Antes de colocar a lei para tramitar na Câmara, o departamento jurídico do Sindicato dos Bancários e a coordenação jurídica da CMF construíram uma minuta, que esteve em debate na Audiência Pública de segunda-feira, dia 14/5. Compuseram a mesa da Audiência, o presidente da Câmara, vereador Acrísio Sena (PT/CE); os representantes do Sindicato dos Bancários do Ceará, Gustavo Tabatinga; Marcos Saraiva, representante da Contraf-CUT; Clécio Morse, representante da Fetraf/NE; deputado federal Artur Bruno (PT/CE); Lúcia Silveira, representante da CUT/CE; Cidênia Santos, representante da CTB; promotor Antonio Carlos Azevedo, da Procu-



radoria Geral de Justiça do Estado (DECON); e Romério Almeida, titular da Delegacia de Roubos e Furtos.

Para o presidente da CMF, vereador Acrísio Sena, “com a consolidação dessas leis, através do Estatuto Municipal de Segurança Bancária, estaremos delegando ao poder público municipal poderes para que ele exerça a fiscalização e que faça a liberação dos alvarás somente às agências que cumprirem rigorosamente o Estatuto”. A expectativa do presidente da CMF é de que, ainda neste primeiro semestre do ano, o projeto de lei seja aprovado. Em seguida serão feitas gestões junto à Prefeita Luizianne Lins para sancionar essa lei o mais rápido possível. “O Estatuto veio para preservar a vida e respeitar o direito do cidadão fortalezense”, completou.

“Essa estatística de um ataque a banco a cada três dias mostra o nível de necessidade de fortalecermos essa questão da segurança. É preciso mudar esse quadro. Os estudos feitos revelam que, na maioria dos casos, os ataques acontecem porque as unidades bancárias não cumprem com os itens de segurança necessários para proteção, especialmente as portas

giratórias. Os bancos têm alta lucratividade e não dão a contrapartida da segurança da população”, disse o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Gustavo Tabatinga.

A minuta do projeto de lei esteve durante toda a semana passada disponibilizada nos sites do Sindicato (www.bancariosce.org.br) e da Câmara (www.cmfor.ce.gov.br). A minuta ficou disponível nestes sites até a terça-feira, dia 22/5, abrindo o diálogo com a sociedade, para que recebesse sugestões da população para futuras emendas ao projeto de lei e, somente após isso, começará a tramitar na casa legislativa.

Entre as leis já existentes, que estão consolidadas no Estatuto Municipal de Segurança Bancária, destacam-se: a lei da obrigatoriedade das portas giratórias, do deputado estadual Oman Carneiro; a lei da obrigatoriedade das portas giratórias do vereador Durval Ferraz; a obrigatoriedade do vídeo-monitoramento das agências bancárias, do então vereador Artur Bruno; e a lei da obrigatoriedade dos biombos e proibição do uso de celulares no interior das unidades bancárias, do deputado estadual Tin Gomes.

Encaminhamentos da Audiência Pública

Após os debates, a Câmara Municipal de Fortaleza e o Sindicato dos Bancários do Ceará deliberaram pelos seguintes encaminhamentos: ficar com a minuta aberta até o dia 22/5, nos sites das duas instituições, para receber sugestões da sociedade, quando em seguida o projeto de lei começará a tramitar; Fortaleza vai subsidiar o debate nacional sobre a criação de Estatutos de Segurança Bancária em todos os municípios brasileiros; criação da Campanha Educativa “Banco legal é banco seguro”; criar um movimento político dando publicidade a essa Campanha Educativa junto à população, lembrando que a vida está acima do lucro; formatar finalmente o Estatuto Municipal de Segurança Bancária e encaminhar para sanção junto à Prefeitura de Fortaleza; e finalmente, após sancionada a lei pela prefeita Luizianne Lins, ir ao Interior do Estado e demais Capitais mostrando nosso exemplo de que é possível propiciar melhores condições de segurança para clientes, usuários e funcionários dessas instituições bancárias.

CÂMARA FEDERAL

Trabalhadores cobram mais segurança nos caixas eletrônicos

Foto: Ag. Câmara – Leonardo Prado

Os trabalhadores cobram mais segurança para o abastecimento de caixas eletrônicos no País, durante audiência pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ocorrida na terça-feira (15/5), em Brasília, sobre o tema “Os furtos de caixas eletrônicos e de terminais de autoatendimento de instituições financeiras no Brasil”. A Contraf-CUT foi representada pelo presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura Santos, que criticou os bancos e as empresas de vigilância pela falta de segurança para bancários, vigilantes, clientes e usuários.

“Queremos que a operação de abastecimento feita pelos vigilantes não envolva contagem de dinheiro. Lamentavelmente, os vigilantes ainda estão contando dinheiro em corredores de shopping, em porta de supermercado, sem qualquer preocupação dos bancos com a segurança dos trabalhadores”, denunciou Boaventura.

Mortes em assaltos envolvendo bancos – Ele citou os dados da pesquisa nacional da Contraf-CUT e CNTV, que apontou 49 pessoas assassinadas no ano passado em assaltos envolvendo bancos. Desse total, 32 eram clientes e oito eram vigilantes. Neste ano, 10 pessoas já morreram por falta de segurança nos bancos. “O maior embate que travamos atualmente, diante da crescente criminalidade, é o de posições. Enquanto bancários e vigilantes defendem a vida, os banqueiros defendem o lucro”, alertou.

Irresponsabilidade dos bancos – O sindicalista destacou alguns pontos que considera da maior gravidade diante da onda de explosão a agências bancárias, caixas eletrônicos em bancos, supermercados, postos de combustível, shoppings, entre outros estabelecimentos. Ele criticou o abastecimento do dinheiro em locais públicos por parte dos vigilantes de transporte de valores, sem local adequado para isso, sem espaço próprio para estacionar o carro forte.

“Os banqueiros agem como se o problema não fosse deles, jogam a responsabilidade no poder público, no Banco Central e não tomam providências para melhorar a segurança no abastecimento de caixas eletrônicos, muitas vezes feito em



locais de grande aglomeração de pessoas”, frisou.

Boaventura também denunciou a resistência dos bancos que, por questões estéticas, não colocam biombos em frente aos caixas nem divisórias individualizadas entre caixas eletrônicos para proteger os clientes do crime chamado de “saidinha de banco” que começa dentro dos bancos e tem vitimado inúmeras pessoas.

Outro problema apresentado diz respeito às agências bancárias, alvos de explosão dos criminosos. Os trabalhadores cobram que os vidros das fachadas sejam blindados, que se coloquem grades ou outros mecanismos para proteger a vida dos bancários, vigilantes e clientes, sempre destacando a responsabilidade dos bancos e a falta de mais investimentos em segurança bancária.

Investimentos em segurança – O diretor da Febraban, Pedro Oscar Viotto, disse que os bancos investem mais de R\$ 9 bilhões por ano em segurança, mas não abriu os números. Entretanto, segundo dados do Dieese, com base nos balanços dos cinco maiores bancos do País, as despesas de segurança e vigilância atingiram R\$ 2,6 bilhões em 2011, uma média de 5,2% em comparação com os lucros gigantes de R\$ 50,7 bilhões no período. “A Febraban precisa explicar essa grande diferença entre os números que costuma divulgar e os que aparecem nos balanços porque eles não batem”, avaliou Boaventura.

Controle de explosivos – O diretor de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, general Waldemar Barroso Magno Neto, defendeu mudanças na legislação de multas e taxas de fiscalização de explosivos, para garantir maior controle em seu manuseio. Magno Neto disse que o Exército está formando novos técnicos para controlar a produção e o transporte de explosivos. Atualmente, 900 pessoas trabalham nesse controle. O representante do Exército informou que 80% dos explosivos utilizados para crimes no Brasil são frutos de produção caseira ou contrabando.

Banco do Nordeste do Brasil

Sindicato pressiona por antecipação, mas Banco só confirma pagamento do adicional de PLR em 1º de junho

O Sindicato dos Bancários do Ceará vai continuar pressionando a Direção do BNB para que o pagamento do Adicional de PLR ocorra ainda neste mês de maio. Com esse objetivo deverá realizar atos e manifestações nas agências de Fortaleza, a exemplo do que fez no último dia 9/5, no Passaré.

A cobrança para a antecipação do crédito vem sendo feita diariamente à Direção da Instituição que continua resistente e afirmando que somente efetuará o pagamento após a realização de Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas. De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento Humano do BNB, a AGE foi convocada para o próximo dia 25/5 e o crédito do Adicional somente ocorrerá no dia 1º/6.

Para o SEEB/CE a espera que a Direção do Banco impõe é desgastante e reproduz um com-



Foto: Drawlio Joca

portamento de pouco interesse na resolução dos problemas do funcionalismo. E alerta para a necessidade de os funcionários se manterem mobilizados “pois foi com a mobilização que conseguimos reverter a intransigência do Banco e do Governo e con-

quistamos a distribuição de 2% do lucro líquido de 2011, a título de Adicional de PLR, conforme Acordo Coletivo 2011/2012” afirma Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará e Coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

GT Saúde do Trabalhador revisa Programa de Reabilitação Ocupacional

A Contraf-CUT participou nos dias 10 e 11/5, em Brasília, da reunião do GT Saúde do Trabalhador da Caixa Econômica Federal. Composto por representantes dos empregados e da Caixa, o GT promoveu detalhada revisão do Programa de Reabilitação Ocupacional (PRO) da empresa. Desde 2004, ano de implantação do PRO, a Caixa realizou mudanças que resultaram em 20 versões diferentes da original. Foram alterações unilaterais, em desacordo com o compromisso da empresa de só tomar esse tipo de iniciativa após discussão com as representações dos empregados.

O PRO substituiu o programa denominado PRT, do período em que a Caixa esteve submetida a um processo de desmonte, com reflexos danosos nas condições de

saúde e de trabalho dos empregados. A mudança foi viabilizada pelo GT Saúde do Trabalhador, cuja criação resultou da retomada em 2003 do diálogo entre a direção da empresa e as representações dos empregados.

No caso de a condição do empregado não ser considerada ideal para o retorno ao trabalho, procede-se a readaptação do ambiente de trabalho ou a sua transferência para outro posto de trabalho, sempre respeitando as suas limitações. Não havendo resposta satisfatória, reinicia-se o processo em busca da reabilitação desejada.

Entre as mudanças promovidas pela Caixa no PRO desde 2004, houve apenas uma que não pode ser admitida pelos representantes dos empregados: a que trata do prazo após o qual, em caso de

afastamento por doença comum, torna-se necessária a análise da condição do empregado para retorno ao trabalho. A Caixa alterou o período de 90 para 180 dias. Os representantes dos empregados no GT querem a manutenção do prazo originalmente previsto no programa (90 dias).

As demais mudanças não trouxeram problemas que pudessem ser considerados complicações ou que oferecessem riscos de desvirtuamento do programa. As questões a serem solucionadas no PRO são relacionadas a deficiências antigas, já apontadas pelas representações dos empregados em várias oportunidades. A principal delas é o número reduzido de GIPS. Outra limitação é a existência de apenas uma equipe multiprofissional em cada GIPES.

ELEIÇÕES PREVI

“Votar em candidato do banco é colocar a Previ em risco”, alerta Contraf-CUT

A Contraf-CUT lançou no dia 14/5, manifesto de apoio à Chapa 6 – Unidade na Previ nas eleições para a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil que estão sendo realizadas desde o dia 18 indo até o dia 29 deste mês. A Chapa 6 é apoiada pelo movimento sindical e representa a união da grande maioria dos sindicatos e outras entidades do funcionalismo do BB, inclusive de aposentados. E é encabeçada pelo ex-secretário-geral da Contraf-CUT, Marcel Barros.

O presidente da Confederação, Carlos Cordeiro, lembra que “Marcel, tanto como secretário-geral como coordenador da Comissão de Empresa, participou na última década de todas as negociações com o Banco do Brasil envolvendo desde campanhas salariais, em que tivemos aumentos reais de salário e melhorias na PLR, até avanços importantes na Cassi, onde o BB aportou R\$ 300 milhões em 2007, e na Previ, onde os associados conquistaram melhorias de benefícios e a suspensão das contribuições”.

Leia a seguir a íntegra do manifesto:

Votar em candidato do banco é colocar a Previ em risco

“O apoio a um candidato na eleição é só mais um capítulo na briga que a diretoria do banco tem mantido com o nosso fundo de pensão. Na

diretoria executiva da Previ não tem voto de minerva. Os diretores eleitos sempre votam em bloco nos temas relevantes e o banco não consegue impor sua vontade. A eleição de um diretor pró-BB pode garantir a ele quatro votos para aprovar tudo o que lhe interessar.

Quando os associados não elegiam nenhum diretor e o banco indicava todos, o patrimônio dos associados estava sempre em risco. A cúpula do Banco do Brasil tem seu candidato. É um que faz discurso apolítico, que se diz independente, que só fala mal da Previ, dos sindicatos e dos diretores eleitos, que se diz técnico. Mas não faz nenhuma crítica ao banco.

É isto o que tem feito Amir, o candidato da Chapa 3. Ele se diz independente, mas montou sua chapa com gente da cúpula de superintendências, do Jurídico e até mesmo da Diref, a diretoria do banco que controla o voto dos dirigentes indicados pelo banco na Cassi e na Previ. Tem até um funcionário fantasma, que nunca trabalhou no banco e se mandou do Brasil há mais de dez anos.

A mando do banco, alguns de seus prepostos estão fazendo campanha explícita pela Chapa 3. Querem que os associados garantam mais um voto ao banco na diretoria da Previ. Cuidado. Não coloque seu patrimônio em risco”.

Divulgação



entidades do funcionalismo, e foi exatamente esse grupo que forma e apoia a Chapa 6 – Unidade na Previ, para dar continuidade ao trabalho da gestão atual”.

RICARDO SASSERÓN – DIRETOR DE SEGURIDADE DA PREVI

Porque apoio a CHAPA 6

“Sempre tive ligação com as entidades e os sindicatos porque a Previ tem dois lados: o do Banco do Brasil e o lado dos associados. Como cada um contribui com a sua parte da mesma maneira, é preciso ter a representação dupla na Previ, de um lado o Banco e do outro os associados. E as pessoas que estão na luta o tempo todo com os associados são as nossas entidades: sindicatos, associações de aposentados e demais



Remédio para asma de graça

A distribuição gratuita de medicamentos para asma nas farmácias populares começa no dia 4/6, segundo o Ministério da Saúde. A iniciativa faz parte do Programa Brasil Carinhoso, lançado pela presidenta Dilma Rousseff, iniciativa que vai beneficiar 2 milhões de famílias que vivem na extrema pobreza e que tenham crianças de até 6 anos. Os remédios incluídos no programa de distribuição gratuita são o brometo de ipratrópio, dirpropionato de beclometasona e sulfato de salbutamol. Eles já integram a lista de medicamentos do Farmácia Popular, que oferta produtos com até 90% de desconto. Atualmente, são distribuídos de graça os medicamentos para diabetes e hipertensão.

Energia

As 61 distribuidoras de energia elétrica do País tiveram que compensar os consumidores em R\$ 385,18 milhões no ano passado devido a quedas no fornecimento. No Ceará, o valor foi de R\$ 3,2 milhões, para um total de 1,7 milhão de compensações realizadas pela Coelce. Em 2010, o montante que voltou para o consumidor do Estado havia sido de R\$ 1,7 milhão, segundo a Aneel.

Fortalezenses consumistas

O potencial de consumo dos cearenses deverá ultrapassar a marca dos R\$ 75 bilhões, em 2012, segundo os cálculos do estudo IPC Maps, indicador que traz este detalhamento para cada um dos 5.565 municípios brasileiros.

Fortaleza se destaca como a 8ª cidade no ranking do País, onde as despesas das famílias poderão atingir R\$ 34,43 bilhões, neste ano.

Das capitais do Nordeste, apenas Salvador está a sua frente. As despesas com a manutenção do lar puxam o potencial de consumo dos cearenses. Em seguida vem “outras despesas” que reúne gastos com cabeleireiros, manicures, sapateiros, barbeiros, costureiras, tinturarias, empregados domésticos, entre outros.

Em terceiro, aparece alimentação no domicílio.

“O Brasil merece a verdade e sobretudo a verdade factual. Aqueles que perderam amigos e parentes continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”

Presidenta Dilma Rousseff, sobre a Comissão da Verdade

Deixar de fumar

O SUS atende gratuitamente quem busca ajuda para parar de fumar. O programa existe desde 2005. Basta procurar um posto de saúde próximo e se informar sobre locais e horários de tratamento para tabagismo. Entre 2005 e 2011, o Ministério da Saúde destinou R\$ 98 milhões ao tratamento de fumantes entre distribuição de adesivos, gomas de mascar e pastilhas de nicotina, além de comprimidos de cloridrato bupropiona, usados no tratamento de fumantes. Para obter mais informações sobre as ações antitabagismo, procure o Disque Saúde, pelo telefone 136. A ligação é gratuita.



DATA:	RUBRICA:
POSTAL EM	<input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO
PORTFÓLIO OU SÍNDICO	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
OUTROS:	<input type="checkbox"/> OUTROS:
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> FALCIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> MUDOU-SE